

RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta publicação em “A Federação”, jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas.

346. UMA RAPSÓDIA ITALIANA

Bem poderia ter esse título a obra magnífica denominada simplesmente “Itália”, que figura como “opus” 11 na produção do compositor italiano Alfredo Casella (1883-1947). Composta em 1909 e executada pela primeira vez num concerto de obras do autor, em Paris a 23 de abril de 1910, “Itália” situa-se perfeitamente no espírito da forma rapsódica, criada pelos românticos no século passado e altamente valorizada pelos compositores nacionalistas que procuravam a fonte de inspiração de suas obras na alma de seus países.

Não confundir, como muita gente o faz, a rapsódia com o simples “pot-pourri”. Enquanto este se constrói apenas na base da simples justaposição de temas e melodias, sem qualquer processo de elaboração, já a rapsódia tem forma definida e implica não apenas da utilização dos temas, mas no seu sentido de elaboração. Foi o que fez Liszt com as suas famosas Rapsódias húngaras, em número de dezenove, Enesco com sua Rapsódia rumena, Ravel com sua Rapsódia espanhola, entre outros exemplos. E foi o que fez Casella com sua “Itália”.

A partitura contém um prefácio no qual se diz que a obra pretende “pintar musicalmente mas sem qualquer espécie de programa,

a vida siciliana e napolitana: a primeira, trágica, supersticiosa, apaixonada, tal como se encontra sob o sol de rachar ou no inferno das minas de enxofre de Caltanisseta; a segunda, é a existência turbulenta, adequada e frenética que pode ser vivida sob a magia do Golfo de Nápoles”.

Ao longo da obra alternam-se diversos números, à moda da suite clássica (mas tocados sem interrupção), utilizando ora temas românticos, ora temas mais graves, como o dos trabalhadores mineiros ou de uma procissão de sexta-feira santa, para terminar com reminiscências de canções populares tipo “Funiculi-Funiculà”, de Denza, ou o tema de uma opereta de Mario Costa ou ainda, e finalmente, o “Marechiare”, de Tosti.

Alfredo Casella, que descendia de uma família de músicos, foi destinado, inicialmente, às ciências exatas, mas descobriu logo sua verdadeira vocação. Sua obra, principalmente a pianística, vem sendo modernamente muito valorizada a ponto de ter sido há pouco gravada integralmente na Itália. Mas, de suas óperas, sinfonias, músicas de câmara e ainda de outras modalidades, pouco se conhece. Da própria “Itália”, não tenho indicações de gravações recentes. A que conheço, da antiga etiqueta “Urânia”, com a Orquestra da Rádio de Berlim, conduzida por Rolf Kleinert, deve ter quase meio século e, obviamente, não pode deixar de traír sua idade.

Espera-se que com os modernos processos de gravação (leitura a laser e outros) haja um interesse maior pela obra do ilustre compositor, pouco conhecido entre nós, mas que a crítica internacional coloca ao lado de Respighi como os compositores “mais italianos” deste século. 28-8-1999.

*

347. REMÉDIO CONTRA O ÓPIO TURCO

Quando os turcos tomaram pé no continente europeu, com a ocupação de Constantinopla em meados do século XV, a Cristandade

sentiu-se ameaçada. Certamente os “infiéis” não se deteriam no Bósforo e tudo prenunciava que em breve se digladiariam novamente a Cruz e o Crescente, como na época das Cruzadas. Foi mais fumaça que fogo. Uma tentativa de investida pelo continente fôï frustrada na batalha de Lepanto. E os turcos limitaram-se aos Balcãs em vez de penetrar pelo Danúbio, a velha e tradicional rota das invasões na Europa, desde os tempos dos bárbaros. Lepanto salvou a Cristandade, dizia-se freqüência. Mas, embora salva o “perigo turco” não foi desprezado, numa acentuada mobilização dos espíritos e das consciências contra tudo o que transcendida a otomano. Prova-o a variada e curiosa literatura surgida na ocasião, sob a forma de sátiras, panfletos, ironias, peças teatrais, poemas, que hoje valem como testemunho da consciência de uma época.

Nessa mesma linha, apareceu em meados do século XVII, redigido em francês, um panfleto intitulado “Médicine contre l’opium turc”, do patriota húngaro Miklos Zrinyi (1620-1664), neto de um renomado chefe militar, ele próprio corajoso e bem sucedido adversário dos turcos e dos austríacos.

Era poeta épico e a julgar pelo emprego ocasional do latim e por algumas alusões eruditas, históricas e mitológicas, seu panfleto dirigia-se mais aos intelectuais e às classes superiores que propriamente ao homem da rua. O remédio que propaga em seu escrito não é apenas contra o “ódio turco”, como o título sugere, mas também contra o “ópio austríaco”, mais próximo e mais ameaçador do espírito de independência dos magiares.

Há algum tempo, ao ensejo do centenário do nascimento do compositor nacionalista húngaro Zoltan Kodaly, tive oportunidade de travar conhecimento com uma admirável contata de sua autoria, utilizando, quase na íntegra, o texto de Zrinyi, a que fiz alusão.

Trata-se de uma peça para solista e coro. Inicialmente, o solista é uma voz que clama no deserto da desgraça e da desmoralização nacionais. Gradualmente, o coro entra em cena enquanto o solista lembra aos seus compatriotas as devastações causadas pelos turcos e advertindo-os de que a liberdade deve ser conquistada ainda que a custa dos maiores sacrifícios. O compositor intercalou canções folclóricas para sugerir a participação do povo. O cântico de Débora, extraído do capítulo quinto do Livro dos Juízes, simboliza a fé em Deus, que não desampara os que nele crêm.

Eis como um panfleto “anti-turco” acabou vinculando-se à música, através de uma das obras mais importantes do nacionalismo musical, que teve na Hungria um dos seus maiores focos e em Kadaly um dos seus maiores expoentes. 14-8-1999.

*

348. UM HISTORIADOR AMERICANO EM SÃO PAULO

Em meados do século passado, visitou o Brasil o professor e historiador norte-americano Samuel Greene Arnold, nascido em Providence, Estado de Rhode Island, a 12 de abril de 1821. Filho de um rico comerciante, descendia de Thomas Arnold, um dos primeiros povoadores da região, no século XVII. Estudou em sua própria cidade, doutorando-se em Harvard, em 1848. Ainda estudante, publicou uma biografia de Patrick Henry, um dos próceres da independência na Virgínia. É autor de uma importante obra sobre a história de seu Estado e numa fase de sua vida dedicou-se à política, tendo sido senador e por três vezes vice-governador do Rhode Island. Durante a Guerra Civil revelou-se um dos mais destacados colaboradores de Lincoln, Findo o conflito, dedicou-se a obras sociais e a pesquisas históricas, tendo presidindo a “Rhode Island Historical Society”, de 1868 até 1880, ano de seu falecimento.

De uma viagem que, quando moço de seus vinte e poucos anos, empreendeu à América do Sul, elaborou um diário nunca publicado na língua original. Só em 1951, portanto quase um século depois, foi seu escrito editado em espanhol, em Buenos Aires, com prólogo de José Luís Busaniche e prefácio de David James, conhecido especialista na história das relações culturais entre Brasil e Estados-Unidos.

Do diário de Arnold, 63 páginas são consagradas ao Brasil, notadamente à Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Santos e ainda às peripécias de suas viagens, tanto marítimas como terrestres, que empreendeu em dezembro de 1847, de Santos a São Paulo.

Não há tradução do próprio texto de Arnold. Apenas resenha feita por Afonso de Taunay de sua estada no Rio de Janeiro (quando

participou de um jantar em casa do Marquês de Abrantes) e mais circunstanciadamente dos quatro dias que passou em São Paulo. O que escreveu sobre a capital paulista, no dizer do próprio resenhador, é desvalioso: “nenhuma nota humana, nenhuma observação sobre os aspectos sociais paulistanos”. Na realidade, nem houve tempo para tanto, ainda mais que o jovem viajante e futuro historiador se comprazia até excessivamente na narração de peripécias com seu hospedeiro, um certo Mr. Hopkins.

Foi uma pena que Taunay se limitasse a resenhá-lo somente na parte referente à cidade de São Paulo, quando a parte relativa a Santos, onde permaneceu mais tempo, certamente poderia oferecer-nos depoimentos mais valiosos.

Indique-se, a título de informação bibliográfica, que a resenha de Taunay relativa à estada de Arnold em São Paulo, encontra-se em seu trabalho “Antiquilhas de São Paulo”, publicado em o vol. 50 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, de 1953; e a relativa ao Rio de Janeiro, em artigo do “Jornal do Comércio”, de 19 de outubro de 1952. 21-8-1999.

*

349. RECORDANDO UM HISTORIADOR CARIOCA

Sempre tive o hábito de procurar nas efemérides históricas sugestões para temas destes meus rabiscos semanais com o objetivo de delas tirar algo que possa servir ao esclarecimento ou mesmo ilustração dos meus prezados leitores. Por uma delas, fiquei sabendo que o dia de hoje, 2 de outubro, assinala o nascimento de Max Fleiuss, no ano de 1868. Expressiva figura da historiografia brasileira, preferi, para titular esta nota, chamá-lo de “historiador carioca”, que ele de fato o foi, embora sua obra não versasse apenas sobre sua cidade natal. Mas, esta foi, na realidade, o centro principal de suas preocupações, a começar por um manual didático editado na década de 20 pela antiga Companhia Melhoramentos de São Paulo. Série que pretendia apresentar em volumes

cômodos, muito bem impressos para os padrões gráficos da época e de texto acessível, as histórias de todos os Estados do Brasil, então em número de 21 e mais o Distrito Federal, ou seja a cidade do Rio de Janeiro.

Infelizmente, a série não teve prosseguimento. Dos 22 volumes que deveria comportar, apenas dez foram publicados, referentes aos Estados do Pará, Ceará, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e mais o Distrito Federal. Pretendo, ainda, se Deus o permitir, tratar de toda essa série, hoje raríssima, mas que tenho o privilégio de possuir. Enquanto esse dia não chegar, tratarei apenas do autor de um desses volumes, precisamente o “historiador carioca”, do título desta nota.

Filho de Henrique Fleiuss, grande desenhista e caricaturista alemão vindo para o Brasil em 1858 e cujo nome ligou-se à história das artes e da imprensa em nosso país como fundador do Imperial Instituto Artístico e da revista “Semana Ilustrada”, nasceu nosso historiador, como já foi dito, a 2 de outubro de 1868 e faleceu aos 31 de janeiro de 1943. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade do Rio de Janeiro, lecionou História em diversos estabelecimentos de ensino e dedicou-se também ao jornalismo, dirigindo “A Semana”, “Século XX” e “Renascença”, revistas que editou no início deste século.

Além da história de sua cidade natal, que foi, como já foi dito, o centro principal de suas atividades na pesquisa histórica, dedicou-se também à história do período imperial e à história administrativa do Brasil, sobre a qual produziu alentado volume, talvez o mais completo de nossa bibliografia histórica. Seu nome está particularmente vinculado do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao qual pertenceu por mais de quarenta anos e do qual foi secretário por mais de trinta, desde 1907 até o seu falecimento. Na revista do Instituto publicou a maior parte de seus trabalhos, muitos sobre a própria Instituição, como “O Instituto Histórico através de sua revista” e “Cem anos bem vividos”, ambos de 1938, data centenária da benemérita entidade fundada em 1838, sob os auspícios de D. Pedro II.

Seria cansativo enumerar toda a sua produção no campo da historiografia, mas parece-me fundamental citar alguns de seus títulos: “As principais associações literárias e científicas do Brasil” (1917),

“Quadros da história pátria”, em colaboração com Basílio de Magalhães (1918), “Páginas brasileiras” (1919), “O teatro no Brasil” (1922), “História da Imprensa no Brasil” (1922), “História administrativa do Brasil” (1925), “História da cidade do Rio de Janeiro” (1928), “Apostilas de História do Brasil” (1933). Este último, embora não o derradeiro de sua produção, teve para mim grande significado, pois apareceu quando estava concluindo o curso secundário e tornou-se o livro principal para a matéria ministrada na cadeira de História do Brasil. Até hoje tenho por ele um carinho especial, do qual falei ao autor, numa das vezes em que o visitei no Instituto Histórico Brasileiro, a cujo quadro me honro de pertencer. 2-10-1999.